



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CHUVISCA
PODER LEGISLATIVO MUNICÍPIO DE CHUVISCA



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

Parecer 73/2025

Câmara Municipal
de Vereadores de Chuvisca

Autor do Projeto: Poder Executivo

Relator: Vereador Paulo Israel Longaray Martins

Matéria: Projeto de Lei nº. 034/2025.

Protocolo nº 309

Data: 07/10/2025

Horário: 08:30

Beatriz
Responsável

ASSUNTO: Exame da legalidade e da adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 034/2025:

"Institui o Programa Municipal de Recuperação Fiscal - REFIS 2025, concede remissão parcial de juros e multas sobre créditos tributários e não tributários vencidos e inscritos ou não em Dívida Ativa."

1. RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 034/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, foi protocolado nesta Casa Legislativa em 08/07/2025, sob o número 235/2025. Após leitura em plenário, a proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação Final (CCJ), que, após análise prévia da legalidade e constitucionalidade, o remeteu a esta Comissão de Orçamento, Finanças e Controle Externo (COFCE) para exame quanto à adequação orçamentária e financeira, nos termos do Regimento Interno e da legislação aplicável, especialmente da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

O projeto institui o Programa Municipal de Recuperação Fiscal – REFIS 2025, com concessão de remissão parcial de juros e multas sobre créditos vencidos, inscritos ou não em dívida ativa, abrangendo tanto créditos tributários como não tributários. Em atendimento à solicitação formalizada por esta Câmara, o Executivo apresentou documentação técnica destinada à verificação da viabilidade fiscal da medida.

É o breve relato.

2. PARECER:

A concessão de remissão de créditos municipais configura hipótese de renúncia de receita, sujeitando-se às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000, o qual dispõe:

Paulo Israel Longaray Martins Beatriz

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois subsequentes;

II – demonstrativo de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, ou de que será acompanhada de medidas de compensação.

A documentação enviada pelo Poder Executivo, que inclui a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, atende integralmente ao comando legal.

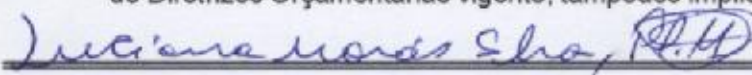
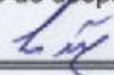
O estudo demonstra o cumprimento do inciso I, apresentando a projeção do efeito da renúncia no exercício de 2025 e nos dois subsequentes, e, em cumprimento ao inciso II, comprova que a medida será acompanhada de medidas de compensação.

As medidas de compensação apresentadas pelo Poder Executivo fundamentam-se, principalmente, na expectativa de incremento da arrecadação do valor principal dos créditos atualmente inscritos em dívida ativa, o que se daria em decorrência direta da adesão dos contribuintes ao programa de recuperação fiscal. Tal projeção considera o efeito incentivador do REFIS 2025 sobre o comportamento do contribuinte inadimplente, que tende a regularizar seus débitos diante da concessão temporária de remissão parcial de encargos acessórios.

Adicionalmente, aponta-se como fator de compensação a economia obtida com a redução dos custos operacionais envolvidos nos processos de cobrança, sejam eles administrativos ou judiciais. A morosidade e os encargos decorrentes da via judicial de recuperação da dívida ativa representam custos significativos para a Administração, cuja mitigação, por meio da via consensual de regularização, contribui para o equilíbrio das contas públicas.

A metodologia adotada no estudo de impacto orçamentário-financeiro utilizou-se de análises comparativas com séries históricas de inadimplência e de adesão a programas similares em exercícios anteriores, assegurando, com base em dados concretos, que a renúncia projetada encontra-se compensada pela expectativa de elevação da receita líquida e pela racionalização das despesas correlatas à cobrança dos créditos em aberto.

Ademais, a proposição não compromete as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, tampouco implica aumento de despesa obrigatória

de caráter continuado, nos termos dos arts. 16 e 17 da LRF. A compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) está formalmente declarada pelo ordenador da despesa.

Trata-se de proposição que visa ampliar a eficiência da arrecadação municipal, sem comprometer o equilíbrio das finanças públicas.

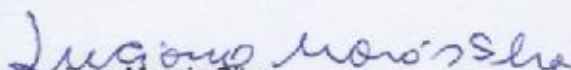
3. CONCLUSÃO:


Diante do exposto, esta Comissão conclui que o Projeto de Lei nº 034/2025 apresenta fundamentação orçamentária e financeira adequada, atendendo aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo compatível com o PPA, LDO e LOA vigentes, e respeitando os limites legais de despesa com pessoal.

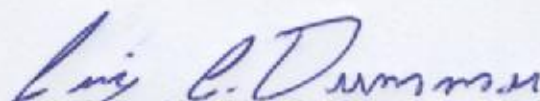
Assim, o relator emite PARECER FAVORÁVEL ao regular prosseguimento da matéria, com posterior deliberação pelo Plenário.

É o Parecer.

Chuívisca (RS), 06 de outubro de 2025.


Luciano Morais Silva
Presidente


Paulo Israel Longaray Martins
Relator


Luiz Carlos Westphal Dummer
Secretário